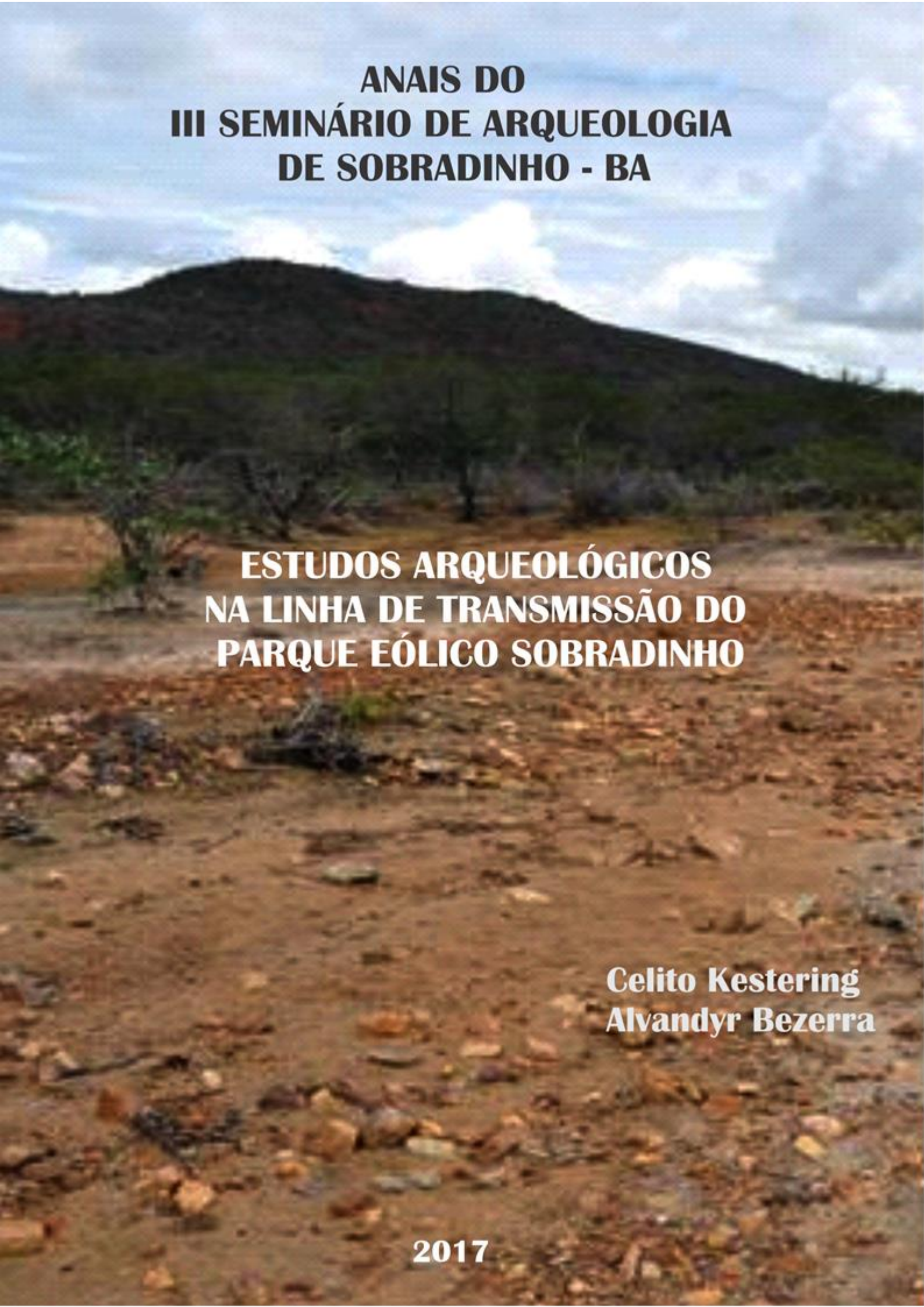


ANAIS DO III SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DE SOBRADINHO - BA

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NA LINHA DE TRANSMISSÃO DO PARQUE EÓLICO SOBRADINHO

Celito Kestering
Alvandyr Bezerra

2017

III Seminário de Arqueologia de Sobradinho - BA

Realização

Universidade Federal do Vale do São Francisco
Prefeitura Municipal de Sobradinho
Fundação SOS São Francisco
Mineração Caraíba
Instituto Habilis
ENERGISA

Organização

Celito Kestering
Ducilene Soares Silva Kestering
Alvandyr Bezerra
Jéssica Alves
Joselha Pires
Maria Socorro Aquino
Rosângela Grangeiro Vieira
Vilma Ventura
Viviany Cristina

Apoio

Dilza Pereira
Valdelice Almeida
Ana Dilsa Moreira
Tiago Lima de Melo
Clea Canturil da Silva
Janaína Alves Batista
Itamar Souza Ribeiro
Manoel Carlos da Silva
Renata Xavier Monteiro
Marilane Maria da Costa
Cristiellen de Jesus Barros
Simone de Macedo Sousa
Lidiane dos Santos Pereira
Mayc-Yan Farias de Souza
Antônio Libano de Amorim
Maria Auxiliadora de Jesus
Flávia dos Santos de Sousa
Concília Rodrigues de Souza
Manoel Ferreira dos Santos
Geane Cristina Alves da Silva
Vanderlito Evangelista de Souza
Elke Cristina Marcula de Oliveira
Francisca Bezerra de Lima Queiroz
Claudeci Vieira de Araújo Marinho
Rosângela Ferreira dos Santos Brito
Ferliane Souza de Menezes Nascimento

Agradecimentos

Luiz Vicente Berti Torres Sanjuan
Maysa Maria Torres Sanjuan

ISSN: 2447-1496

ANAIS DO III SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DE SOBRADINHO - BA



Fundação SOS São Francisco
Quadra S11, Rua 5, Nº 2
Vila São Joaquim
Sobradinho – BA - CEP: 48.925-000

SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO 4

APRESENTAÇÃO 5

BEM-VINDO AO UNIVERSO DA ARQUEOLOGIA 6

01 **RESGATE ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA MINA VERMELHOS, EM JUAZEIRO – BA** 9
Celito Kestering e Alvandyr Bezerra

02 **REGISTROS RUPESTRES NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA MINA SUÇUARANA, EM JAGUARARI - BA** 65
Celito Kestering e Rosivânia de Castro Aquino

03 **A INDÚSTRIA LÍTICA DAS DUNAS FÓSSEIS DE CASA NOVA – BA E O PALEOAMBIENTE DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO** 95
Celito Kestering e Ana Caroline Teixeira Maciel

04 **REGISTROS RUPESTRES DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: DA METONÍMIA À METÁFORA** 184
Vanessa Cosma da Silva, Mateus Maurício de Mello Iguatemy e Celito Kestering

05 **ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NA LINHA DE TRANSMISSÃO DO PARQUE EÓLICO SOBRADINHO - BA** 290
Celito Kestering e Alvandyr Bezerra

APÊNDICES 301

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NA LINHA DE TRANSMISSÃO DO PARQUE EÓLICO SOBRADINHO



Celito Kestering[1]
Alvandyr Bezerra[2]

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta técnica objetiva apresentar um programa de ações arqueológicas a serem realizadas na área de abrangência da Linha de Transmissão do Parque Eólico de Sobradinho à Subestação da UHE Sobradinho, no Estado da Bahia. O programa que se apresenta pauta-se nas instruções da Carta Convite referente à Licitação EGER-SOB-2015-001-3_rev01. Por oportuno, ressalta-se que a Proposta Técnica que se apresenta foi elaborada com base na legislação ambiental e arqueológica vigente no Brasil. Segundo essa legislação, a atividade de Licenciamento Ambiental deve obrigatoriamente contemplar o patrimônio cultural nacional, garantindo proteção aos bens arqueológicos ameaçados por empreendimentos causadores de impactos. Cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) regulamentar e fazer aplicar esta proteção. A Instrução Normativa n° 001, de 25 de março de 2015 é um dos principais instrumentos reguladores deste tema e apresenta os princípios necessários à proteção de bens potencialmente ameaçados. Esse instrumento legal exige que o empreendedor compatibilize a pesquisa arqueológica às fases do licenciamento e apresente estratégias de preservação, recuperação e promoção do patrimônio arqueológico vulnerável ao empreendimento. A proposta que se apresenta contempla, também, a Lei federal 3.924, de 26 de julho de 1961, cujo teor estabelece que todos os tipos de vestígios arqueológicos (sítios, restos da cultura material, estruturas de alteração da paisagem) que

[1] Licenciado em Filosofia, com habilitação em Psicologia e Sociologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (1974); bacharel em Agronomia pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco – FAMESF (1980); mestre em História (2001) e doutor em Arqueologia (2007) pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Professor Assistente aposentado na Universidade Federal do Vale do São Francisco e Tutor do grupo PET – Arqueologia / UNIVASF; Presidente da Fundação SOS São Francisco. E-mail: celito.kestering@gmail.com

[2] Bacharel em Museologia; Diretor Presidente do Instituto Habilis. E-mail: alvandyr@gmail.com; alvandyr123@gmail.com

representem testemunhos de culturas passadas que habitaram o território brasileiro são considerados patrimônio da União e, portanto, passíveis de proteção e tombamento.

2 OBJETIVO

Apresenta-se um conjunto de procedimentos que se levarão a efeito para salvaguardar os bens patrimoniais da área que sofrerá impactos pelo caminhamento da Linha de Transmissão do Parque Eólico Sobradinho na fase que antecede a LP, na fase que antecede a LI, na fase após a emissão da LI e na fase de construção da Linha de Transmissão (LT).

3 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

As atividades serão realizadas pelo Instituto Júlio Cesar Mello de Oliveira, em parceria com a Fundação SOS São Francisco.

3.1 Instituto Júlio Cesar Mello de Oliveira

O Instituto Júlio César Mello de Oliveira é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, fundado em 10 de março de 2009. Tem por finalidade desenvolver ações de pesquisa, preservação e gestão do patrimônio arqueológico, arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural no âmbito das comunidades inseridas onde esse tipo de patrimônio está localizado. Tem por finalidade também, dar apoio a projetos e instituições que desenvolvam ações sociais em benefício de comunidades carentes com a manutenção de um fundo solidário, denominado Júlio de Oliveira, sustentado por doações e por um percentual dos recursos financeiros para a execução de projetos de pesquisa e de gestão por parte do Instituto. No cumprimento de suas finalidades e objetivos, o Instituto poderá firmar contratos e/ou convênios com entidades financiadoras de projetos, nacionais ou estrangeiras, de direito público ou privado.

O Instituto tem como objetivos principais:

a) Desenvolver projetos de pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico, arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural, que incluam as comunidades vinculadas a esses tipos de patrimônio;
b) Executar programas de educação patrimonial e capacitação técnica, direcionados às comunidades previstas no artigo 04º deste estatuto;

c) Implantar e manter uma base de dados, relacionada a sítios arqueológicos para consultas, estudos e pesquisas a serem disponibilizadas para a comunidade acadêmica, administrações públicas e privadas e o público em geral;

d) Promover a inclusão social a partir da capacitação técnica, na esfera patrimonial, de pessoas de comunidades carentes;

e) Divulgar, através dos meios disponíveis (áudio, visual e impresso), dados e resultados das pesquisas e atividades realizadas pelo Instituto acerca do patrimônio arqueológico, arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural;

f) Ensejar a preservação e gestão do patrimônio arqueológico, arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural, elaborando projetos de criação de Centros Culturais nas comunidades previstas no artigo 04° deste estatuto, em conjunto com representação de órgãos públicos e entidades de natureza civil;

g) Promover cursos, seminários, conferências, congressos e campanhas educativas com temas relacionados ao patrimônio arqueológico, arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural;

h) Promover o intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros, através de convênios com instituições públicas e/ou privadas;

i) Instituir uma premiação anual a projetos ou instituições que tenham por objetivo, desenvolver trabalhos comunitários em torno do patrimônio arqueológico, arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural.

Durante poucos anos de existência o Instituto tem firmado vários contratos de arqueologia, pois, a maioria dos associados tem vasta experiência na área arqueológica onde vem desenvolvendo pesquisas e ações há mais de 20 anos, principalmente, no Estado da Bahia. São profissionais que atuam, por exemplo, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Importante salientar que recentemente o Instituto foi convidado pela UFRB para firmar um Convênio Cooperativo, com o intuito de envolver alunos dessa Instituição nas atividades desenvolvidas pelo IJCMO.

Dentre os contratos firmados, podem-se destacar diferentes empreendimentos de engenharia:

a. Parque Eólico: ECOBRASIL Consultoria Ambiental (Áreas 3 e 5 do Parque Eólico Sento Sé / Umburanas) - Trabalho de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica desenvolvido nos municípios de Sento Sé e Umburanas.

b. Linhas de Transmissão: UTE MC2 CAMAÇARI I S.A. (Complexo Termelétrico de Aratu I) - Trabalho de Diagnóstico, Prospecção e Salvamento Arqueológico desenvolvido nos municípios de Candeias, São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca.

c. Gasodutos: BOURSCHEID Engenharia e Meio Ambiente S.A. (Terminal de Regaseificação da Bahia – TRBA) - Trabalho de Diagnóstico Arqueológico desenvolvido nos municípios de Candeias, São Sebastião do Passé, Itaparica, São Francisco do Conde, Salinas da Margarida e Madre de Deus.
d. Usina Termelétrica: BOURSCHEID Engenharia e Meio Ambiente S.A. (Usina Termelétrica da Bahia – UTEBA II) - Trabalho de Diagnóstico Arqueológico desenvolvido nos municípios de Governador Mangabeira, Muritiba e São Félix.
e. Mineração: CALBAHIA – Calcário da Bahia Mineração LTDA (Extração de Calcário) - Trabalho de Diagnóstico Arqueológico desenvolvido no município de Santa Maria da Vitória.
f. Empreendimentos Agropecuários: AGRIFIRMA BRASIL AGROPECUÁRIA S.A. (Plantação de Soja e Milho na Fazenda Bananal) - Trabalho de Prospecção e Salvamento Arqueológico desenvolvido no município de Luís Eduardo Magalhães.
g. Rodovias: KNAUF DO BRASIL (Estrada de Ligação entre o povoado de Barcelos do Sul e Camamu) - Trabalho de Prospecção e Salvamento Arqueológico desenvolvido no município de Camamu.
h. Aeroporto: Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia -DERBA (Novo Aeroporto de Vitória da Conquista) - Trabalho de Prospecção e Salvamento Arqueológico desenvolvido no município de Vitória da Conquista.

3.2 Fundação SOS São Francisco

A Fundação SOS São Francisco (SOSSF) é uma entidade civil, de direito privado e caráter social, cultural e ambiental e sem fins lucrativos. Foi fundada em dezembro de 2001, com o objetivo de promover o desenvolvimento social, cultural e ambiental na região do Médio e Submédio São Francisco.

A SOSSF contribui no processo de revitalização do Rio São Francisco; fomenta ações e programas de convivência com as condições ambientais do Semiárido; fornece apoio técnico a instituições integradas na preservação e conservação do Rio São Francisco; implanta museus, centros culturais, ambientais, de memória e patrimônio, com laboratórios e estruturas para alojamento de pesquisadores, visitantes e turistas; implanta fundos de pasto destinados à criação de animais domésticos, preservação de animais silvestres, composição e recomposição da vegetação nativa; incentiva a implantação de áreas destinadas à prática da agricultura familiar; mantém atualizado um banco de dados sobre histórias, memórias e patrimônios sociais, culturais e naturais do Vale do Rio São Francisco; pesquisa, diagnostica, salva, monitora, limpa, analisa, acondiciona, guarda e expõe artefatos, documentos e estruturas arqueológicas; presta serviços de assistência social às populações

ribeirinhas; promove a geração de conhecimentos sobre o Vale do Rio São Francisco; promove estudos e pesquisas para o fortalecimento agropecuário, pesqueiro, agrícola e turístico; promove eventos sociais e culturais para manter vivas as tradições; resgata e conserva memórias, histórias e outros patrimônios naturais e culturais dos grupos que compõem o quadro social da região.

A Fundação SOS São Francisco, tem sede à Avenida Paulo Afonso, Nº 1, Quadra 1, Vila São Francisco, Sobradinho – BA, CEP: 48.925-000. É inscrita na Receita Federal com o nº 06.257.626/0001-64. Atualmente é presidida por Celito Kestering, arqueólogo e professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

4 EQUIPE TÉCNICA

A SOSSF conta com uma equipe técnica constituída de dois arqueólogos, um museólogo, um coordenador administrativo, cinco estudantes de Arqueologia e Preservação Patrimonial e cinco auxiliares de serviços operacionais:

A equipe técnica divide-se nas seguintes funções:

- Coordenador Geral (01) – O Coordenador Geral será responsável pelo gerenciamento de toda a equipe do projeto. É ele quem vai articular todas as ações desenvolvidas ao longo do período. Ele é professor no Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
- Coordenadora de Campo (01): A Coordenadora de Campo responsabilizar-se-á pela execução das atividades de campo, a saber: diagnóstico, prospecção e ação educativa nas comunidades.
- Coordenadora de Laboratório (01): A coordenadora de Laboratório responsabilizar-se-á pela execução das atividades de laboratório, quais sejam: limpeza, registro, análise, classificação preliminar e acondicionamento das peças arqueológicas. Ela é bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial e técnica efetiva de laboratório da Universidade Federal do Vale do São Francisco.
- Museólogo (01): O Museólogo responsabilizar-se á pela sistematização, exposição e divulgação dos dados arqueológicos obtidos com a pesquisa. Ele promoverá, também, a realização de seminários e outros eventos de educação patrimonial na comunidade de Sobradinho - BA onde se realizará o empreendimento. Ele é bacharel em museologia, com larga experiência junto ao Instituto Júlio César Melo de Oliveira e ao Instituto Habilis.

- Coordenador Administrativo (01): O Coordenador Administrativo ficará responsável pela organização e efetivação de toda a logística do projeto. Ele realizará a aquisição de equipamentos, preparará as viagens de campo e efetuará os contratos e pagamentos da equipe.
- Estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (05): Os estudantes das turmas finais do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial participarão de todas as atividades de campo e de análise e catalogação dos artefatos coletados, sob a coordenação e supervisão científica dos arqueólogos.
- Auxiliares de Serviços operacionais (05) – São trabalhadores que serão contratados nas comunidades próximas às áreas do empreendimento. Eles desempenharão trabalhos braçais nas atividades de campo.

5 PLANO DE TRABALHO

A Fundação SOS São Francisco (SOSSF) responsabiliza-se pelo assessoramento e consultoria na tramitação de todo o processo para a obtenção de Licença Prévia (LP), de Licença de Implantação (LI) e acompanhamento durante a construção da Linha de Transmissão do Parque Eólico Sobradinho.

5.1 Licença Prévia (LP)

Para a obtenção da Licença Prévia (LP), far-se-á, inicialmente, o preenchimento da Ficha de Caracterização da Atividade (FCA) para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) emita o Termo de Referência Específico. Em posse desse termo, se couber, elaborar-se-á o Relatório de Avaliação de Impacto de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados e o Projeto de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico, para a obtenção da Portaria que autorize a sua execução. Finda a sua execução, elaborar-se-á um relatório completo das atividades do projeto e de outras exigências que constem no Termo de Referência Específico (TRE) emitido pelo IPHAN (Tab. 1).

Tabela 1 – Lista de atividades relativas à fase que antecede a Licença Prévia

1	Preenchimento da Ficha de Caracterização da Atividade.
2	Termo de Referencia Específico, a ser emitido pelo IPHAN.
3	Relatório de Avaliação de Impacto de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, se couber.
4	Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.
5	Portaria do IPHAN para realização do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.
6	Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

7	Demais exigências constantes no Termo de Referência Específico (TRE), emitido pelo IPHAN.
8	Manifestação Conclusiva do IPHAN para emissão de LP do empreendimento.

Fonte: ENERGISA (2015)

Desse processo obter-se-ão, do IPHAN, dois produtos, quais sejam: Portaria para a realização do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Manifestação conclusiva para emissão da Licença Prévia (LP) do empreendimento.

5.2 Licença de Instalação (LI)

Emitida a Licença Prévia do Empreendimento, elaborar-se-á um projeto para a Gestão de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, bem como a do Patrimônio Arqueológico identificado na prospecção. No projeto de gestão do Patrimônio identificado contemplar-se-á o Resgate do Patrimônio Identificado e o Monitoramento na Área Diretamente Afetada. Apresentar-se-á, também, os métodos de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos e se indicará a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) como Instituição de Guarda e Pesquisa do material arqueológico. Far-se-á, ainda, uma proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial. Atentar-se, também para as exigências constantes na Manifestação Conclusiva obtida na fase da Licença Prévia ou na própria Licença Prévia (Tab. 2).

Tabela 2 – Lista de atividades relativas à fase que antecede a Licença de Instalação

1	Programa de Gestão de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados.
2	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico que contemple: 2.1. Projeto de Salvamento Arqueológico na ADA; 2.2. Projeto de Monitoramento Arqueológico na ADA; 2.3. Metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos; 2.4. Indicação de Instituição de Guarda e Pesquisa para guarda e conservação do material arqueológico; 2.5. Proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão; 2.6. Projeto Integrado de Educação Patrimonial.
3	Demais exigências pertinentes ao tema Arqueologia constantes na Manifestação Conclusiva obtida na fase da LP ou na própria LP.
4	Portaria do IPHAN autorizando a execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.
5	Manifestação Conclusiva do IPHAN para emissão da LI do empreendimento.

Fonte: ENERGISA (2015)

Desse processo obter-se-ão dois produtos, quais sejam: Portaria do IPHAN autorizando a execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Manifestação Conclusiva para emissão da Licença de Instalação do Empreendimento.

5.3 Após a Emissão da Licença de Implantação

Concedida a autorização do IPHAN, executar-se-á o Programa de Gestão de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, se couber, e da Gestão do Patrimônio que contemple todos os seus itens, findo o qual se elaborará relatório final das atividades referentes a: Gestão de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, se couber; Gestão do Patrimônio Arqueológico com Salvamento, conforme Instrução Normativa n° 001/2015; monitoramento arqueológico realizado na ADA; análise e interpretação dos bens arqueológicos encontrados; avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos; inventário dos bens arqueológicos relativos ao Programa; Documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela; atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão; Educação Patrimonial e demais exigências pertinentes ao tema Arqueologia constantes na Manifestação Conclusiva obtida na fase e na própria da Licença de Implantação (Tab. 3).

Tabela 3 – Lista de atividades relativas à fase após a emissão da Licença de Implantação

1	Relatório de Gestão de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, se couber.
2	Relatório de Gestão do Patrimônio Arqueológico que contemple, no mínimo: 2.1. Relatório de Salvamento, conforme IN n° 001/2015; 2.2. Relatório Técnico-Científico contendo o monitoramento arqueológico realizado na ADA; análise e interpretação dos bens arqueológicos encontrados; avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos, inventário dos bens arqueológicos relativos ao Programa; 2.3. Documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela; 2.4. Relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão; 2.5. Relatório Integrado de Educação Patrimonial
3	Demais exigências pertinentes ao tema Arqueologia constantes na Manifestação Conclusiva obtida na fase da LI ou na própria LI.
4	Manifestação conclusiva do IPHAN

Fonte: ENERGISA (2015)

Desse processo obter-se-á como produto a Manifestação conclusiva do IPHAN.

5.4 Acompanhamento na Construção da Linha de Transmissão (LT)

Elaborar-se-á e executar-se-á uma proposta de monitoramento arqueológico durante a implantação da Linha de Transmissão, de acordo com o exigido pelo IPHAN no Termo de Referencia ou Manifestações ou Licenças Ambientais (Tab. 4).

Tabela 4 – Atividade relativa ao acompanhamento na construção da linha de transmissão

1	Proposta de monitoramento arqueológico durante a implantação da Linha de Transmissão, de acordo com o exigido pelo IPHAN no Termo de Referencia ou Manifestações ou Licenças Ambientais.

Fonte: ENERGISA (2015)

6 PRODUTOS GERADOS

Obter-se-ão os seguintes produtos:

Produto 1 Portaria do IPHAN para realização do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio.
Produto 2 Manifestação Conclusiva do IPHAN para emissão de Licença prévia (LP) do empreendimento.
Produto 3 Portaria autorizando a execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.
Produto 4 Manifestação Conclusiva para emissão da Licença de Instalação do Empreendimento.
Produto 5 Manifestação conclusiva do IPHAN, aprovando o relatório e apresentando as considerações legais.
Produto 6 Relatório Final do Monitoramento Arqueológico durante a implantação da Linha de Transmissão, de acordo com o exigido pelo IPHAN no Termo de Referencia ou Manifestações ou Licenças Ambientais.

7 PRAZOS PARA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Fase da Licença Prévia

Nº	Atividades	Tempo máximo (dias)
01	Início dos trabalhos (mobilização)	Após a assinatura do contrato
02	Preenchimento da FCA para emissão de Termo de Referencia Específico pelo IPHAN	15 dias após autorização da ENERGISA
03	Relatório de Avaliação de Impactos de Bens Culturais Tombados e Projeto de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico	30 dias após a emissão do TRE pelo IPHAN
04	Portaria do IPHAN autorizando a execução do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico	30 dias após o protocolo do projeto no IPHAN
05	Relatório de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico	60 dias após a emissão da Portaria do IPHAN
06	Manifestação Conclusiva do IPHAN	90 dias após protocolo dos Relatórios de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico e outros estudos que por ventura forem solicitados no TRE
Total		**225**

7.2 Fase da Licença de Instalação

Nº	Atividades	Tempo máximo (dias)
01	Programa de Gestão de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, se couber; Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e demais exigências constantes na Manifestação Conclusiva do IPHAN obtida na fase da LP.	40 dias após autorização da ENERGISA.
02	Portaria do IPHAN autorizando a execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e demais exigências constantes na Manifestação Conclusiva do IPHAN obtida na fase de LP.	60 dias após o protocolo dos programas listados acima no IPHAN.
3	Manifestação Conclusiva do IPHAN para emissão da LI.	60 dias após o protocolo dos documentos solicitados pelo IPHAN.
Total		**160**

7.3 Após a Emissão da Licença de Instalação

Nº	Atividades	Tempo máximo (dias)
01	Relatório de Gestão de Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, se couber; Relatório de Gestão do Patrimônio Arqueológico e demais exigências constantes na Manifestação Conclusiva obtida na fase da LI.	60 dias após a finalização das atividades de campo e de acordo com o cronograma apresentado no Projeto de Gestão do Patrimônio Arqueológico
02	Manifestação Conclusiva do IPHAN	60 dias após protocolo dos relatórios e documentos solicitados pelo IPHAN.
Total		**120**

Todos os serviços serão executados no prazo máximo de 505 dias, ou seja, aproximadamente 18 meses.

8 ORÇAMENTO E DESEMBOLSO

De acordo com a proposta técnica, o valor total é de R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais). A medição dos serviços (desembolso) obedecerá às seguintes condições:

Produto 1 Portaria do IPHAN para realização do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio: 20% do preço global.

Produto 2	Manifestação Conclusiva do IPHAN para emissão de Licença prévia (LP) do empreendimento: 20% do preço global
Produto 3	Portaria do IPHAN autorizando a execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico: 20% do preço global
Produto 4	Manifestação Conclusiva para emissão da Licença de Instalação do Empreendimento: 20% do preço global.
Produto 5	Manifestação conclusiva do IPHAN, aprovando o relatório e apresentando as considerações legais: 10% do preço global.
Produto 6	Relatório Final do Monitoramento Arqueológico durante a implantação da Linha de Transmissão, de acordo com o exigido pelo IPHAN no Termo de Referencia ou Manifestações ou Licenças Ambientais: 10% do preço global.

9 VALIDADE DA PROPOSTA

Esta Proposta Técnica tem a validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrega (via sedex e correio eletrônico).